

Percepções Sociais da Universidade Latino-Americana¹

José Martins Filho

Resumo: O papel da intervenção social desempenhada pela maioria das Universidades Latino Americanas, especialmente as públicas, sobretudo das atividades de ensino e pesquisa, estão sendo colocadas em questão face às políticas governamentais de cortes nos investimentos estatais relativos aos sistemas de pesquisa e ensino. No Brasil, por exemplo, os recursos governamentais investidos nas universidades públicas são destinados a manter não somente a pesquisa científica e a estrutura de ensino, mas também a manter, grande rede de Hospitais Universitários, apoiados por estas mesmas Instituições que constituem, desde há alguns anos atrás, a última rede segura para a população desassistida dependente da assistência à saúde gratuita. Estas e outras peculiaridades das Universidades Latino Americanas - assim como seus vínculos com as indústrias, e sua participação, algumas vezes no próprio processo político nacional e regional as quais pertencem, são abordadas - no presente texto.

Palavras-Chave: Universidade Pública, Universidade e Estado, Universidades Latino-Americanas.

Abstract: The role of social intervention accomplished by most Latinamerican universities, especially the public ones, through their teaching and research activities, are in check in face of government policies of cuts in state investment in the research and teaching systems. In Brazil, for instance, government resources invested in public universities are destined to maintain not only their scientific research and teaching structure, but also a large network of university hospitals, supported by these same institutions which during the last few years have become the last safety net for the unassisted population in need of free health care. These and other peculiarities of the Latinamerican universities - as well as their links to the industrial sector, and their participation, sometimes, in the regional and national political process to which they belong - are focused in the present text.

Key-Words: Public University; University and State; Latin American Universities.

O tema pode ser abordado de mais de uma maneira. Um enfoque possível é o da visão conjuntural que a sociedade latino-americana teria de sua universidade e do papel social que dela se espera, um papel certamente diverso daquele desempenhado pela universidade dos países industrializados. Não é uma abordagem fácil, considerando-se que em sua maioria as populações latino-americanas, por não terem a universidade dentro do seu campo de possibilidades, quase sempre renunciam a pensar sobre ela.

Outra abordagem possível é aquela que se assemelha, nas antigas considerações sobre o Terceiro Mundo, ao que chamávamos de eurocentrismo. Estávamos tão acostumados à visão européia do mundo

que mesmo nossas próprias análises dos problemas latino-americanos estavam condicionadas pela antiga visão colonialista. Do mesmo modo, as reflexões acerca da universidade em relação à sociedade partem quase sempre daqueles que constituem a massa crítica acadêmica, ou seja, uma vez que a sociedade atribuiu à universidade a tarefa de pensar, pouca gente fora dos campi se dá ao trabalho de refletir a respeito. O grau de erros e acertos dessas reflexões de dentro para fora depende, naturalmente, de seus interlocutores estarem suficientemente próximos ou distantes da realidade social.

Hoje, entretanto, há muito mais gente pensando sobre o papel da universidade no mundo todo, especialmente os governos empenhados em ajustar-se às políticas ditadas pelo processo de globalização. Pode-se dizer que, no caso das universidades latino-

1) Palestra Apresentada em 10/03/98 em Stanford University - Center for Latin American Studies - Stanford/CA.

americanas, os fóruns de decisão internacional têm não só refletido a respeito mas também produzido documentos de forte impacto nas esferas de decisão e financiamento do ensino superior. Mais recentemente, em quase todos os países da América Latina onde a universidade pública joga um papel importante, as reformas em marcha estão sendo construídas à luz (ou à sombra, como se preferir) de um documento intitulado *Higher education* (1), onde se recomenda uma redução progressiva dos gastos estatais com a educação superior em paralelo com uma participação crescente do financiamento privado.

Esta reflexão tenta conciliar os dois enfoques. Na verdade, este é um tema feliz — *Percepções sociais da educação superior na América Latina* — porque, talvez como nenhuma outra no mundo, a universidade pública latino-americana se caracteriza por desempenhar tarefas que vão além do ensino e da pesquisa: freqüentemente ela se dedica também a resolver problemas sociais emergentes, geralmente onde o Estado falha. E esta é a razão pela qual na América Latina, e com maior ênfase no Brasil, não é fácil descartar a universidade pública como uma estrutura que, como querem alguns, estaria nadando na contra-corrente da história.

*

Para entender o alcance social da universidade na América Latina é preciso começar por uma consideração quantitativa. Até o final dos anos 50, quase tão somente a elite econômica tinha acesso à educação superior. Assim, em 1950, havia somente 266 mil alunos matriculados nas 75 instituições universitárias existentes no continente. Agora veja-se o quadro:

Expansão do ensino superior na América Latina (1950-1975)		
Ano	Universidades	Matrículas
1950	75	266 mil
1960	139	1,6 milhão
1975	329	3,6 milhões
1985	450	6,4 milhões
1992	690	10,3 milhões (estim.)

Esses números indicam nada menos que uma sextuplicação do número de inscritos nas universidades latino-americanas a partir dos anos 60, o que significou a geração de oportunidades de educação superior equiparáveis às de muitos países industrializados. Isto significa que, malgrado as oscilações políticas da região, o ensino superior massificou-se nos últimos 30 ou 40 anos e, mais que isso, descentralizou-

se em direção às regiões não-metropolitanas (2).

Todavia, esse crescimento não se deu de modo similar em todo o continente. Enquanto na Argentina, no México e no Uruguai — para exemplificar — a expansão das matrículas e do número de instituições se deu na esfera pública, com financiamento do Estado, no Brasil e no Chile ela se fez, especialmente na década de 70, através do ensino privado. No Brasil, 70% dos estudantes universitários freqüentam escolas particulares. No México, a correlação é exatamente oposta: apenas 30% dos matriculados não usufruem do sistema público de ensino superior.

Apesar disso, uma das preocupações de países como o Brasil é a forte demanda reprimida na base do ensino de segundo grau, que pressiona constantemente o ensino superior por um número de vagas maior do que ele pode absorver atualmente. Na totalidade dos países, é ainda baixo o percentual de jovens da faixa etária entre 18 e 25 anos com acesso ao terceiro grau, segundo dados da Unesco. Senão vejamos:

Acesso à universidade de jovens entre 18 e 25 anos

Suriname	9,1%
Brasil	11,6%
Colômbia	13,7%
México	14,0%
Argentina	19,8%
Chile	30,0%

O caso do Brasil é peculiar, dadas as contradições existentes entre sua vasta população (cerca de 150 milhões de habitantes), a profundidade de seus problemas sociais e educacionais (a escolaridade média no país é de apenas 4,2 anos) e suas fortes aspirações desenvolvimentistas (continua a ser a nona potência industrial do mundo), conjugada à extrema juventude de sua universidade.

Como se sabe, enquanto um bom número de nações latino-americanas tem já uma experiência várias vezes centenária com o ensino superior, bastando citar Santo Domingo (1538), México (1552), Peru (1553), Equador (1586) e Argentina (1613), a primeira universidade brasileira organizada como tal só veio à luz no presente século, em 1934, com a criação da Universidade de São Paulo. Esse retardo do projeto universitário brasileiro deveu-se ao temor que os primeiros chefes republicanos nacionais (a República brasileira foi proclamada em 1889) alimentavam em relação aos ideais libertários da Revolução Francesa, de um lado, e de outro em relação ao ensino confes-

sional católico. Naturalmente esses republicanos, em sua maioria filosoficamente positivistas, quando não militaristas, receavam abalar as estruturas do novo regime com ideologias que eles consideravam ameaçadoras.

Menos de oito décadas passadas desde a fundação daquela primeira universidade, veja-se o quadro do ensino superior no Brasil hoje:

Instituições de ensino superior no Brasil (1998)

Natureza	Universidades	Escolas Isoladas	Matrículas
Federal	37	19	320.135
Estadual	19	63	202.315
Municipal	3	81	83.286
Particular	40	613	959.320
TOTAL	99	776	1.565.056

Note-se que, àquela demanda reprimida correspondeu, em pouco tempo, o florescimento de um sistema de ensino superior que se ramificou pelo país e consolidou, em especial na região economicamente mais desenvolvida, um núcleo de algumas dezenas de instituições com boa capacidade de interlocução internacional e competência reconhecida na pesquisa e na formação de quadros qualificados.

É preciso deixar claro que essas universidades mais importantes, que pesquisam, prestam serviços à sociedade e formam quadros capacitados são, quase sem exceção, universidades públicas. Isto significa que o projeto da universidade brasileira, ao menos aquela que está à altura do patamar internacional médio, só se tornou possível graças ao financiamento público e à decisão política de fazê-lo. É muito raro, no Brasil (como em geral na América Latina), que uma universidade particular faça pesquisas e tenha conexões sociais efetivas além das relacionadas com o ensino.

É preciso também lembrar que foi no âmbito das universidades públicas que o Brasil, o México e a Argentina lograram desenvolver programas de pós-graduação que, interrelacionados com a pesquisa, alcançaram padrões qualitativos bastante apreciáveis em termos internacionais. Nos últimos 30 anos o Brasil passou de 180 cursos de pós-graduação para quase 2.000, praticamente equiparando-se à Índia, cujo desenvolvimento nessa área não é surpresa para ninguém. Tais programas foram uma contribuição importante para o desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro, por exemplo na área de produção de alimentos, na tecnologia do petróleo, na

tecnologia nas comunicações ou na área agrícola com fins energéticos — apenas para citar alguns setores em que é mais visível a contribuição da universidade e da pós-graduação.

*

Permitam-me continuar discorrendo um pouco mais sobre a universidade brasileira, traçando, tanto quanto possível, alguns paralelos com o conjunto da universidade latino-americana. De um modo geral, o sistema universitário latino-americano está sendo moldado à imagem e semelhança da proposta global que percorre outras regiões do Terceiro Mundo em assuntos de educação superior. “Esta proposta” — cito o pesquisador argentino Pedro Krotsch, da Universidade de Buenos Aires — “esta proposta é o produto de uma política que, fundamentalmente, coloca a necessidade de orientar a educação superior em direção ao mercado e a suas exigências” (3).

Não que a extensão seja uma novidade para as universidades latino-americanas. Muito ao contrário: a extensão universitária é uma forte característica nessa região do mundo. Trata-se, na verdade, de um “terceiro papel”, que se diferencia dos papéis clássicos de docência e pesquisa, no qual a universidade atua como produtora direta de bens e serviços para usuários ou consumidores finais.

Os professores Rodrigo Arocena e Judith Sutz, avaliando as perspectivas da Universidad de la República, uma instituição pública que concentra metade da pesquisa científica no Uruguai, constatam que esse “terceiro papel” tem sido utilizado em muitos países, com frequência cada vez maior, como última instância para conseguir recursos que complementem o orçamento estatal. Mas também é buscado por pesquisadores como forma de incrementar sua remuneração. “Nessas universidades”, observam os professores uruguaios, esse novo papel “é valorizado como um meio de estar em contato direto com demandas que ajudam a visualizar novas linhas de investigação e direções para atualização curricular, sem contar o genuíno interesse pela interação com atores não-universitários na geração e transferência de conhecimentos” (4).

Não há, contudo, unanimidade quanto a isso. Controvérsias se travam diariamente no interior das universidades com respeito aos limites dessas interações. Argumenta-se que, ultrapassado um certo nível de cooperação, a universidade termina por incorporar a suas práticas modalidades que nunca lhe foram próprias. Além disso, as tensões criadas podem levar a um ponto de dissensão interna, já que a universidade, para permitir que alguns cumpram esse papel, estabelece normas gerais teoricamente aber-

tas a toda a comunidade — mas que na prática não o são, uma vez que o poder de mercado das diferentes disciplinas acadêmicas não é homogêneo e tende a criar assimetrias entre as áreas.

No Brasil, onde há universidades com características fortemente tecnológicas — entre as quais se inclui aquela que dirijo, a Universidade de Campinas (a Unicamp) —, parece que já há algum tempo se encontrou um ponto de equilíbrio entre as demandas criadas por esse “terceiro papel” e o interesse acadêmico. Ao contrário da maioria das universidades latino-americanas, que começaram com um núcleo de disciplinas humanísticas e cresceram cumulativamente sobre si mesmas, a Unicamp nasceu de um projeto previamente formulado e já em seus primeiros anos de vida achava-se desenvolvendo os primeiros componentes para o programa de telefonia digital brasileiro. Ainda hoje, cerca de 60% de suas pesquisas (e temos 6.200 projetos em andamento) se concentram nas áreas tecnológicas. Boa parte delas pode ser efetivamente transferida à indústria ou diretamente à população. Para tanto criamos uma porta de entrada bem visível voltada para o setor de produção de bens e serviços — um serviço com a finalidade não só de captar e direcionar as demandas existentes mas também para lançar mão das leis de incentivo fiscal existentes no país. Com isso mantemos vivos, hoje, em nossa universidade, cerca de 800 contratos de transferência e de prestação de serviços com indústrias e corporações privadas e públicas de diferentes naturezas.

Não se imagine, contudo, que essa atividade de cooperação tenha um papel significativo na manutenção das universidades latino-americanas, como acontece em algumas instituições norte-americanas. De modo algum. Por maior que seja essa atividade, em geral os recursos captados através dela não ultrapassam 3% do orçamento necessário para manter uma universidade pública de grande porte como a Universidade de São Paulo ou a Unicamp. Não creio que na Universidade de Buenos Aires ou na Universidade do México essa contabilidade seja muito diferente.

Do mesmo modo, tornou-se uma tradição na universidade latino-americana colaborar ou mesmo coordenar a implantação de políticas específicas de desenvolvimento social. No Brasil, por exemplo, as

universidades do Estado de São Paulo estão fortemente empenhadas na implementação de um programa de desenvolvimento de “incubadoras de empresas” que consiste em oferecer condições técnicas e administrativas a cidadãos comuns (muitos deles desempregados) de iniciar-se na iniciativa privada com infra-estrutura fornecida pelos municípios e aporte financeiro do governo.

Um outro exemplo: recentemente, no contexto de um programa formulado pelo governo federal — o “Alfabetização Solidária” —, mais de 40 universidades públicas uniram seus esforços para requalificar professores primários de diferentes regiões do país; em outro programa, o “Universidade Solidária”, estudantes de graduação de várias dezenas de instituições públicas são enviados às regiões mais pobres do país, durante um mês por ano, para realizar tarefas de orientação em diferentes áreas sociais, especialmente saúde e educação.

Aliás, essas tarefas freqüentemente reproduzem programas que foram formulados no interior das próprias universidades, antes de serem incorporados pelos governos e amplificados em larga escala. No Brasil, um importante programa nacional de assistência integral à saúde da mulher, do Ministério da Saúde, teve toda a sua fase experimental realizada na área hospitalar da Unicamp, além de sua própria formulação. Outros programas de igual relevância também emergiram do interior das universidades — no caso, da Unicamp — como os realizados nas áreas de aleitamento materno, de câncer infantil e de prevenção da cegueira.

Com isso, tem sido freqüente, no Brasil, o poder público requisitar o concurso da massa crítica universitária para ocupar postos nas altas esferas administrativas ou de definição de políticas públicas. Volto a mencionar a minha universidade porque, apesar de sua juventude, sucessivos governos têm buscado em seus quadros acadêmicos, desde meados da década passada, nomes para compor ministérios, secretariados de estado ou de municípios. Houve época em que metade do secretariado municipal de Campinas — uma cidade com cerca de 1 milhão de habitantes — pertencia ao corpo docente da universidade. Desde 1982 o governo do Estado de São Paulo raramente deixou de ter em seu secretariado um, dois

Tornou-se uma tradição na universidade latino-americana colaborar ou mesmo coordenar a implantação de políticas específicas de desenvolvimento social.

ou até três nomes da Unicamp. E no atual governo federal, o do sociólogo Fernando Henrique Cardoso — um ex-professor da Universidade de São Paulo — três importantes ministérios foram colocados, em épocas distintas, em mãos de pesquisadores da Unicamp.

Esta situação peculiar da universidade brasileira se estende freqüentemente ao plano político-partidário, já que suas escolas de economia e de ciências sociais têm produzido, até com alguma abundância, ideólogos de partidos políticos com evidente potencial de definição de políticas públicas. Basta lembrar a mais recente eleição presidencial realizada no país, há menos de quatro anos, quando os coordenadores de campanha dos dois partidos mais poderosos — aqueles que disputariam o poder no turno final — eram ambos professores da universidade, embora situados em planos ideologicamente opostos.

O envolvimento social sempre foi, aliás, uma vocação explícita da universidade latino-americana, mas a universidade brasileira tem uma peculiaridade a mais, que a aproxima fortemente da sociedade: a assistência hospitalar em larga escala. Há hoje cerca de meia centena de hospitais universitários funcionando a todo vapor no país, carregando nos ombros parte substancial do atendimento médico-hospitalar destinado às populações menos favorecidas, num cenário onde o sistema público de saúde entrou em colapso porque a maioria dos hospitais particulares, mal remunerados pelo governo, se descredenciou do sistema oficial, que é gratuito para o paciente. Assim, os hospitais universitários atuam como a última rede de segurança dos pobres brasileiros, sem o que eles ficariam sem assistência alguma, já que a assistência médica privada, como em qualquer parte do mundo, é cara e inacessível para eles.

Volto a mencionar a minha própria universidade, que embora esteja no epicentro da região mais

desenvolvida do país — o Estado de São Paulo —, vê-se às voltas com uma demanda hospitalar que pode parecer inacreditável para um cidadão norte-americano. Basta dizer que o complexo hospitalar da Unicamp — constituído de um grande hospital das clínicas, um “hospital da mulher” e outros serviços colaterais como um centro de doenças gástricas, um centro de hemoterapia e outros — tem sob sua responsabilidade a cobertura de uma região de aproximadamente cinco milhões de pessoas. A consequência é uma demanda de pacientes que só tende a crescer, caso o governo dê prosseguimento a sua política de abandono gradual do financiamento das áreas sociais. A título de exemplificação, veja-se o quadro do desempenho hospitalar da Unicamp nos últimos cinco anos.

Argumentos como estes levam a crer que, ao menos no Brasil, onde a universidade pública exerce um papel que ultrapassa em muito as suas obrigações no campo do ensino e da pesquisa, a questão de seu financiamento é um caso particular, devendo continuar a ser um dever do Estado por muito tempo ainda.

*

No entanto, impressiona o fato de que o ajuste do ensino superior atualmente em curso na maioria dos países latino-americanos se assemelha em mais de um aspecto. Há uma evidente orientação comum no sentido da redução das despesas públicas e da privatização progressiva do investimento educativo — tudo isto soando como uma retirada progressiva do Estado.

Um exemplo paradigmático é o do Chile, onde sua principal instituição de ensino superior, a Universidade do Chile, fundada por Andrés Bello em 1842, viu-se sensivelmente debilitada nos últimos quinze anos. Somente na década de 80 seus recursos de origem estatal viram-se minguados em mais de

Indicadores de atendimento nos hospitais da Unicamp (1992-96)

	1993	1994	1995	1996	1997
Nº de leitos	571	574	574	574	574
Internações	12.866	14.234	15.207	15.086	16.200
Consultas médicas	425.434	487.628	472.459	512.773	514.190
Cirurgias	24.274	22.179	20.562	21.301	22.455
Partos	3.356	3.472	2.540	4.516	4.500
Transplantes	116	152	236	204	242
Exames laboratoriais	1.389.565	1.447.423	1.434.291	1.704.625	1.720.432
Exames soro-hematológicos	480.781	791.910	756.476	865.720	1.818.013

40%. Para compensar a queda de receita, promoveu-se um aumento extraordinário de suas taxas de matrícula e a venda sistemática de serviços mediante contratos com o setor público e privado.

A mudança não foi para melhor. Ao mesmo tempo, visando estimular a competitividade entre as universidades, estabeleceu-se um mecanismo de investimento estatal que beneficia as instituições cujas carreiras são selecionadas pelos 20 mil melhores concluintes do segundo grau, de um contingente de 120 mil que se submetem anualmente a um exame de final de curso. Graças ao fato de que os melhores alunos tendem a postular determinadas profissões de prestígio social e econômico, esse sistema de incentivo fiscal levou a uma distorção inesperada: o aumento artificial e inorgânico das vagas em determinados cursos com a finalidade exclusiva de atrair candidatos com notas altas (5).

Pode-se dizer que, hoje em dia, um dos maiores desafios da universidade pública latino-americana é fazer frente à onda privatista que cresce com a readequação das políticas nacionais ao cenário econômico internacional. Onde quer que seja — na Argentina, no Uruguai, no Equador, no México ou no Brasil — elas são freqüentemente chamadas de corporativas, quando na realidade nem por milagre conseguiriam sobreviver de anuidades escolares, como se diz que sobrevivem as universidades norte-americanas. Com as complexas tarefas complementares que pesam sobre os ombros das universidades latino-americanas (em particular das universidades brasileiras), é sabido que a entrada de recursos através de pagamento de taxas de anuidades não cobriria mais que 15% de seu custo global.

Além disso, na América Latina, o argumento privatista não leva em conta que as universidades norte-americanas recebem percentuais adicionais de recursos do governo para desenvolver seus programas de pesquisa, o que desmente em parte a afirmação de que estas sobrevivem de anuidades. De resto, quando se lembra que no cálculo da sobrevivência das universidades norte-americanas costumeiramente entram contribuições do meio empresarial e de ex-alunos bem-sucedidos profissionalmente, nós nos perguntamos quanto tempo levará para que ex-alunos saídos da classe média latino-americana poderão contribuir significativamente para a manutenção de suas escolas de origem; ou quando é que os empresários latino-americanos chegarão à possibilidade de contribuir para outras causas que não as da própria sobrevivência, já em si complexa. Então, quando se vêem empresários, gente do governo ou mesmo acadêmicos latino-americanos convertidos à racionalidade

contábil propalarem tais coisas, é preciso refletir calmamente sobre elas e verificar se resistem a uma análise rigorosa.

No entanto, é um fato que a mudança que os governos pretendem imprimir em suas relações com as universidades transcende a esfera latino-americana. É também verdade que as transformações atuais indicam não só uma profunda ruptura com a situação anterior mas também uma quebra dos paradigmas culturais que têm a ver com o ensino, com a investigação científica e com o desenvolvimento tecnológico. Novas formas de incorporação e distribuição do conhecimento terão de ser assumidas pela universidade, na América Latina ou em qualquer parte do mundo, e isto será padrão de competitividade no mercado das instituições produtoras de pesquisa.

*

Identificado este primeiro desafio, vou concluir mencionando três outros, todos de forte implicação social. O primeiro deles já foi tratado aqui e refere-se à necessidade inadiável de assegurar à universidade latino-americana uma importância não só qualitativa, mas também quantitativa. É intolerável para um país como o Brasil, cujas aspirações são conhecidas, satisfazer-se com um contingente de estudantes universitários que corresponde a pouco mais de 1% de sua população. Essa taxa é flagrantemente baixa em relação às de seus vizinhos como Argentina, Chile, México e Equador, que têm entre 3 e 4% de sua população dentro das universidades. Dada a expansão progressiva do contingente de alunos do ensino fundamental e secundário, logo haverá uma pressão inédita para que as vagas de acesso ao ensino superior no mínimo dupliquem, chegando a 3,2% ou mesmo 4% nos próximos quatro ou cinco anos. Esta é, aliás, uma projeção do próprio governo brasileiro.

Há um outro desafio histórico que vem sendo apontado periodicamente pelos processos avaliatórios, que é o de fazer baixar as altas taxas de evasão em cursos de menor demanda. A taxa média de evasão nas universidades brasileiras é de 40%, incômoda para os padrões de financiamento do ensino público gratuito, embora menos elevada que a da Argentina, da França e mesmo, ao que se sabe, de muitas universidades norte-americanas. Uma experiência que vem sendo feita na Unicamp mostra que a solução está, como era de esperar, no aprimoramento dos currículos dos semestres iniciais de modo a torná-los mais próximos do interesse profissional do aluno e, em segundo lugar, na criação de mecanismos de apoio e acompanhamento de alunos com deficiência curricular. Graças a esse trabalho, que vem sendo fei-

to desde 1988, conseguimos baixar nossa taxa de evasão de 35% naquele ano para 30% no ano seguinte, para 25% em 1990, para 22% em 1991 e para 19% há dois anos. A meta é chegar ao patamar das mais exigentes universidades européias e norte-americanas, que é de 12%, já que uma taxa de evasão natural sempre haverá.

Finalmente, é preciso admitir que o grande desafio — talvez o maior — da universidade latino-americana é a sua própria qualificação, o que quer dizer, sobretudo, o aprimoramento acadêmico progressivo de docentes e pesquisadores. Se há umas poucas universidades que já ultrapassaram o percentual de 80% de seu quadro docente com titulação mínima de doutor e caminham para o patamar de 100% (a Unicamp está com 85,5%), é fora de dúvida que a falta de inserção internacional de boa parte das instituições de ensino superior latino-americanas se deve a seu baixo padrão de compatibilidade acadêmica, aí incluídos o ensino e a pesquisa. Sabemos que para que uma instituição como a Unicamp, a Universidade de São Paulo, a Universidade de Buenos Aires, a Universidade do México ou a Universidade de la República do Uruguai assegurem seus padrões de compatibilidade acadêmica é indispensável que mantenham no exterior, rotativamente e em caráter per-

manente, no mínimo 10% de seu corpo docente para atualização ou participação efetiva em programas de cooperação internacional relevantes.

Dito isto, permitam-me concluir expressando um otimismo que talvez não condiga com os problemas aqui mencionados. Estou convicto de que esses problemas podem ser superados e certamente o serão no curso das próximas décadas. Em muitos aspectos a América Latina está longe de ser a mesma de 30 ou 40 anos atrás. Sua universidade é prova evidente de que muita coisa evoluiu e de que parcelas significativas de sua população foram qualificadas e tornadas aptas a aspirar e promover novas etapas do desenvolvimento. Nesse sentido, a resistência histórica das instituições mais antigas — como a de Santo Domingo, do México, de Lima, de Quito e de Córdoba — demonstram que, de um modo geral, nossas universidades estão aptas a superar situações e mesmo ajudar a corrigir rotas de curso, chegando a sobreviver às demais instituições, aí incluídos governos e sistemas econômicos. É alentador saber, por exemplo, que das 85 instituições atuais que existiam em 1520, com funções similares às que desempenham hoje, nada menos de 70 são universidades (6).

O que prova que as mais novas, como as do Brasil, têm um longo caminho à sua frente.

REFERÊNCIAS

- (1) *Higher education*, Banco Mundial, 1994.
- (2) Paiva, Vanilda e Warde, Mirian Jorge — *Dilemas do ensino superior na América Latina*, Papyrus, Campinas, 1994.
- (3) Krotsch, Carlos Pedro — “La Universidad entre el estado y el Mercado”, citado em *Universidade na América Latina*, Afrânio Mendes Catani (org.), Cortez, São Paulo, 1997.
- (4) Arocena, Rodrigo e Sutz, Judith — “A Universidade do Uruguai: quando todos os desafios chegam juntos”, *idem*.
- (5) Campbell, Juan C. — “O processo de modernização da educação superior no Chile”, *idem*.
- (6) Kerr, Clark — *The uses of the university*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1982.